

Globalização e suas consequências: representações de estudantes e profissionais portugueses¹

Globalization and its consequences: representations of portuguese students and professionals

Raquel Ribeiro²
Gabrielle Poeschl³

RESUMO: A globalização é um grande tema da atualidade. A controversa que gera entre especialistas incide sobre todas as dimensões do fenómeno e suscita atitudes antagónicas sobretudo em relação às suas consequências. O presente estudo procura compreender a opinião do cidadão comum sobre a globalização, nomeadamente respeitante às consequências positivas e negativas do fenómeno em diferentes áreas da vida social. Foram realizadas 30 entrevistas semiestruturadas com estudantes e profissionais do Norte de Portugal, que foram analisadas com o programa de análise textual ALCESTE. O programa classificou 79.05% do material recolhido em quatro classes, evidenciando quatro dimensões importantes da globalização: Mercado e Cultura, Ciência e Tecnologia, Ambiente, e Política e Abertura, dimensões que integram aspetos positivos e negativos. No que respeita às diferenças entre estudantes e profissionais, a análise indica que os estudantes destacam particularmente as consequências da globalização sobre a tecnologia e o ambiente, enquanto os ativos salientam sobretudo as suas consequências políticas ou económicas. De forma mais geral, os resultados evidenciam que existem diferentes processos de globalização com repercussões múltiplas e consequências desiguais sobre a vida social.

Palavras-chave: globalização; consequências; desigualdades sociais; representações sociais; Portugal.

ABSTRACT: Globalization is a major present-day issue. The controversy that it creates among experts bears on all the dimensions of the phenomenon and it raises antagonistic attitudes especially in relation to its consequences. The present study aims at understanding lay people's opinions on globalization, namely with regard to the positive and negative consequences of the phenomenon on different areas of social life. Thirty semi-structured interviews were conducted with students and professionals from northern Portugal, which were analyzed by means of the program for textual data analysis ALCESTE. The program classified 79.05% of the gathered material into four classes, evidencing four important dimensions of globalization: Market and Culture, Science and Technology, Environment, and Politics and Openness, dimensions that integrate positive and negative aspects. With regard to the differences between students and professionals, the analysis indicates that students particularly stress the consequences of globalization on technology and the environment, while professionals emphasize, above all, its political or economic consequences. More generally, the results highlight that there are different processes of globalization with multiple repercussions and unequal consequences on social life.

Keywords: globalization; consequences; social inequalities; social representations; Portugal.

¹ Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Bolsa: SFRH/BD/19261/2004) no âmbito do POPH-QREN, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

² Doutorada em Psicologia, membro do Centro de Psicologia da Universidade do Porto - Porto, Portugal. E-mail: rribeiro@fpce.up.pt.

³ Professora Associada com Agregação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto - Porto, Portugal.

A globalização destaca-se como um dos grandes temas da atualidade. Cobrindo uma grande variedade de temáticas distintas como a política, a economia, a cultura, o ambiente, tornou-se rapidamente numa das palavras da moda do debate político e académico atual. Contudo, apesar da vasta produção literária e científica sobre o assunto não existe qualquer consenso quanto à sua definição, o que engloba, quando começou ou quais os seus efeitos (Guillén, 2001).

Com o objetivo de captar a opinião do cidadão comum sobre o fenómeno foram desenvolvidos um conjunto de estudos que procuraram compreender as representações sociais da globalização (Poeschl, Campos, & Ben Alaya, 2007; Poeschl & Viaud, 2008; Viaud, 2007). O presente trabalho, realizado a partir de entrevistas semiestruturadas, visa aprofundar o conhecimento existente acerca da forma como as pessoas leigas neste domínio representam o fenómeno. Antes da apresentação das opiniões recolhidas sobre a globalização fazemos uma breve incursão sobre as conceções convergentes e divergentes dos especialistas no que diz respeito às consequências do fenómeno, nomeadamente ao nível tecnológico e científico, ambiental, cultural, económico e político.

Globalização

As três últimas décadas foram caracterizadas por uma extrema intensificação das interações transnacionais, levando a que alguns autores as considerassem uma rutura relativamente às anteriores formas de interação, um fenómeno designado de «globalização» (Santos, 2001).

O termo adquiriu grande popularidade sobretudo na comunidade científica e nas comunidades política e empresarial (Reich, 1998), tornando-se num dos conceitos incontornáveis dos finais do século XX e inícios do século XXI. Na vasta literatura publicada sobre o assunto praticamente cada autor apresenta a sua própria definição, o que faz da globalização um dos tópicos mais controversos das ciências sociais (Guillén, 2001). Se há quem considere que as sociedades do mundo estão em processo de *globalização* desde o início da História (Rodrik, 1997), outros afirmam que o que estamos a vivenciar atualmente é um fenómeno completamente novo e sem precedentes (Garrett, 2000; Soros, 2003), outros falam ainda em vagas de globalização (Adda, 1997; Friedman, 2000; Tilly como citado em Santos, 2001).

Apesar da forte tendência para reduzir a globalização aos seus aspetos económicos, trata-se contudo de um fenómeno multifacetado que abrange, para além da dimensão económica, dimensões sociais, políticas, culturais, etc. interligadas de modo complexo (Santos, 2001). Assim, a controvérsia acerca do significado e da origem da globalização estende-se às consequências associadas às suas inúmeras dimensões e facetas (Held, McGrew, Goldblatt & Perraton, 1999; Reich, 1998).

Dimensão tecnológica e científica

A dimensão tecnológica e científica constitui um aspeto central do processo de globalização, na medida em que este processo é em larga medida definido pelas formas de tecnologia disponíveis (McMahon, 2001). Para Toffler (1999) a globalização constitui a terceira vaga de revoluções civilizacionais, iniciada na segunda metade do século XX. O que diferencia esta vaga das anteriores (agrícola e industrial) é a rapidez exponencial com que as

descobertas evoluem e penetram nas atividades diárias das pessoas: aproximadamente 50% dos produtos quotidianos das pessoas no início da década de 1990 não existiam 25 anos antes e estima-se que 50% dos objetos que formarão o nosso universo em 10 anos não foram ainda inventados (Dreifuss, 1997).

A primeira grande transformação desta terceira vaga terá sido o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, estruturados em torno do potencial comunitário universal da televisão. A sociedade de massas evoluiu para uma “sociedade em rede” na qual a internet constitui a espinha dorsal das novas tecnologias de informação e comunicação (Castells, 2002). Esta aplicação da tecnologia tornou possível o conhecimento, a comunicação interpessoal e o acesso à informação quase em tempo real e em qualquer parte do mundo, diminuindo a distância entre as pessoas. Dá-se a consciencialização de uma maior interconexão entre as pessoas, criando a sensação de um “borderless world” (Ohmae, 1990), de um mundo como “aldeia global” (McLuhan, 1964).

Por outro lado, a internet veio estabelecer uma nova forma de comunicação. Enquanto os meios de comunicação tradicionais (televisão, jornais, etc.) propiciavam uma comunicação de sentido único, a internet veio permitir aos seus utilizadores serem simultaneamente produtores e recetores de informação. Qualquer pessoa com um computador e um *modem* pode tornar a informação acessível a pessoas de todo o mundo, de forma relativamente fácil, a baixo custo e elevada rapidez (Olesen, 2005).

Contudo, apesar do desenvolvimento tecnológico permitir ultrapassar obstáculos de isolamento social, económico e geográfico, alguns autores sublinham que, devido ao enorme “fosso de informação” (Anderson, 2001), a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais, em vez de homogeneizar a condição humana, tende a polarizá-la: enquanto emancipa certos seres humanos das restrições territoriais, condena outros aos efeitos mais perversos da localidade (Bauman, 1999). De facto, as discrepâncias de acesso são ainda muito grandes: os países industrializados, com cerca de 15% da população do planeta, representam 88% dos utilizadores da internet (Castells, 2002; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 1999). E se a nível mundial o acesso divide os países entre ricos e pobres, dentro dos países divide também entre educados e iletrados, homens e mulheres, novos e velhos, urbanos e rurais (PNUD, 1999, 2007).

A expansão da internet e dos restantes meios de comunicação veio acelerar o processo de descobertas científicas e permitir um intercâmbio mais rápido e simplificado entre a comunidade científica (Castells, 2002). No entanto, a globalização, ao fazer surgir uma *economia baseada no conhecimento* originou o que Murteira (2003) apelidou de “conhecimento baseado na economia”. O conhecimento passou a ser determinado por uma lógica de competição no mercado global não havendo lugar para a investigação não lucrativa. Por exemplo, no combate à SIDA, apesar das vacinas serem mais eficazes na prevenção das doenças, foi dada prioridade ao desenvolvimento de antirretrovirais que permitem rentabilizar os investimentos, tendo sido também impedida a sua produção a um custo mais baixo para evitar perda de lucros, quando 95% das pessoas infetadas vivem em países em desenvolvimento (PNUD, 1999). Apenas 0.1% do orçamento da pesquisa médica e farmacêutica mundial tem sido destinada à malária, sendo quase a totalidade dos 26.4 biliões de dólares destinados às doenças dos países ricos (PNUD, 2001 como citado em Santos, 2001). Assim, nos países menos desenvolvidos a esperança média de vida não passa dos 44 anos por oposição a 78 anos nos países desenvolvidos; mais de 1.1 biliões de pessoas

não têm acesso a água potável e a cada hora morrem 1.200 crianças de doenças evitáveis (PNUD, 2005).

Dimensão ambiental

A evolução dos conhecimentos científicos nos finais do século XX colocou em evidência numerosos riscos de carácter ambiental, nomeadamente a desflorestação e a desertificação, a poluição dos oceanos e a diminuição da biodiversidade, a destruição da camada de ozono e as alterações climáticas (Hove, 2000). Por exemplo, só no período que vai entre 1990 e 2000 foi documentada uma perda de floresta tropical estimada em 15.2 milhões de hectares/ano, sobretudo devida à expansão da agricultura, extração de madeiras (muitas vezes ilegal) e construção de estradas e outras infraestruturas (United Nations Environment Programme [UNEP], 2007). Os *stocks* de peixe estão a três quartos do que eram (PNUD, 1999). O aumento da globalização ameaça diminuir as variedades que são tradicionalmente utilizadas na maioria dos sistemas agrícolas: atualmente, apenas 14 espécies animais dão conta de 90% da produção de gado e apenas 30 culturas dominam a agricultura global (UNEP, 2007). Ao longo de quase um século a utilização de água cresceu quase duas vezes mais rapidamente do que a população (PNUD, 2006). Se a tendência continuar estima-se que em 2025 cerca de 1.8 biliões de pessoas irão viver em regiões com absoluta escassez de água, e dois terços da população mundial poderão estar sobre condições de *stress* hídrico⁴.

Neste momento, o mundo está ou estará perto de atingir o nível de temperatura mais elevado registado no atual período interglacial, que começou há cerca de 12.000 anos, e esse aumento tem acelerado (onze dos doze anos mais quentes desde 1850 ocorreram entre 1995 e 2006). Apesar do planeta já ter tido quatro ciclos glaciais e de aquecimento, o atual ciclo de aquecimento difere dos anteriores pelo ritmo acelerado de aumento das concentrações de dióxido de carbono na atmosfera (PNUD, 2007). Estima-se que, se os próximos 15 anos de emissões seguirem a tendência dos últimos 15, as alterações climáticas perigosas tornar-se-ão inevitáveis. Os cenários mais catastróficos apontados por alguns cientistas referem como consequências o aumento do degelo das calotes polares e dos glaciares conduzindo a um aumento do nível do mar em cerca de 5 metros ou a entrada do Norte da Europa numa prematura idade do gelo, devido à interrupção da corrente de transmissão de água quente no Oceano Atlântico. As perigosas alterações climáticas ameaçam produzir uma deslocação humana em massa e o colapso dos meios de subsistência, com repercussões extensíveis para além das localidades diretamente afetadas.

A tomada de consciência dos problemas ambientais levou a humanidade a refletir sobre o que significa fazer parte de uma comunidade ecologicamente interdependente (PNUD, 2007). A emergência de uma “world risk society” (Beck, 1992) conduziu ao desenvolvimento de uma consciência global, de uma sociedade autocrítica cada vez mais capaz de analisar os acontecimentos numa perspetiva global, em vez de apenas local ou nacional. Assim, a segunda metade do século XX, nomeadamente com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, viu surgir o início de um movimento ambientalista internacional e da ecologia política à escala internacional (Deléage, 2000). A Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992 foi um dos marcos mais importantes, contribuindo para uma conscientização mais ampla do papel

⁴ O nível de água abaixo do necessário para a agricultura, indústria, energia, ambiente e fins domésticos.

dos países desenvolvidos na degradação do meio ambiente e da necessidade de apoiar financeira e tecnologicamente os países em desenvolvimento a crescerem de forma sustentável. Foi neste contexto que, em dezembro de 1997, foi aprovado o *Protocolo de Quioto*, no qual a maioria dos países industrializados se comprometeu a reduzir em 5%, relativamente aos valores de 1990, as emissões de gases com efeito de estufa (Hove, 2000).

A questão ambiental ganhou ímpeto nos inícios do século XXI com a implementação da mitigação das alterações climáticas na agenda do G8 (PNUD, 2007) e com a ampla difusão dos problemas ambientais a nível mediático. O documentário *Uma verdade inconveniente*, amplamente difundido em todo o mundo, valeu a Al Gore o prémio Nobel da Paz em 2007, junto com o Painel Intergovernamental da ONU para as Alterações Climáticas, pelos seus esforços na construção e disseminação do conhecimento sobre as alterações climáticas induzidas pelo homem, e por lançar as bases necessárias para inverter tais alterações.

Dimensão cultural

A globalização aumentou, de um modo sem precedentes, os contactos entre os povos e os seus valores, ideias e modos de vida. Apesar das pessoas sempre terem atravessado as fronteiras, os números têm crescido ao longo das últimas três décadas (PNUD, 2004): o número de pessoas que vivem fora do seu país natal aumentou de 76 milhões em 1960 para 175 milhões em 2000. Na ânsia de melhorar as suas perspetivas de vida a maioria dos migrantes desloca-se dos países pobres para países de rendimento elevado. Por exemplo, o número de migrantes para a União Europeia provenientes de fora da Europa subiu 75% desde 1980.

Se para muitas pessoas esta nova diversidade é estimulante, para outras é inquietante e incapacitante. Perante o aumento de imigrantes que trazem novos costumes, muitas pessoas receiam que o seu país esteja a tornar-se fragmentado, que os seus valores estejam a perder-se. Assim, gerir a diversidade cultural tornou-se num dos principais desafios do mundo atual, não só para alguns países mas para a grande maioria (Castells, 2002; PNUD, 2004).

Por outro lado, a globalização pode ser desorientadora ao fazer perder os pontos de referência: há duas maneiras de fazer uma pessoa sentir-se sem lar, uma é destruir-lhe a casa, e a outra é fazer que a sua casa se torne igual à casa de todas as outras pessoas (Friedman, 2000). A standardização deve-se, em grande parte, ao facto da cultura ser cada vez mais investida de dinâmicas de ordem económica, sendo associada com aquilo que pode ser vendido e comercializado. Os padrões de consumo tornaram-se mundiais: pesquisas de mercado identificaram uma “classe média mundial” que prefere “marcas mundiais” (Google, Nike, Coca-Cola, McDonald’s, etc.) e uma classe de “adolescentes mundiais”, com uma única cultura *pop* (PNUD, 2004).

Um estudo da UNESCO mostra que o comércio de produtos com conteúdo cultural triplicou entre 1980 e 1991 e continua a crescer, estando contudo a ficar concentrado nas mãos de alguns. Por exemplo, ao nível da indústria de entretenimento (filmes, música e televisão) os Estados Unidos dominam. A indústria de Hollywood chega a todo o mundo – domina 70% do mercado cinematográfico europeu, 83% do da América Latina e 50% do Japonês. Pelo contrário, apenas 3% do mercado nos Estados Unidos está aberto para a produção estrangeira. Em contrapartida, a indústria cinematográfica europeia tem estado

em declínio acentuado nas últimas três décadas, com exceção da França e da Alemanha, onde há políticas de apoio à indústria cinematográfica nacional (PNUD, 1999, 2004).

O domínio internacional dos filmes norte-americanos é apenas um aspeto da disseminação da cultura ocidental de consumo. A este respeito alguns autores questionam se a globalização cultural não deveria ser mais corretamente designada de ocidentalização ou americanização, dado os valores, os objetos culturais e os universos simbólicos que se globalizam serem sobretudo ocidentais e, frequentemente, norte-americanos (Gouveia, 2003; Santos, 2001).

Mas se alguns autores argumentam que a globalização é um processo ideológico impondo uma cultura global, outros salientam que apesar de os produtos culturais circularem pelo mundo as pessoas usam-nos e acolhem-nos de maneiras diferentes (PNUD, 1999). Os movimentos culturais são complexos, dinâmicos e dialéticos e há que contar com a resiliência e o dinamismo próprio das culturas não ocidentais. Também o Ocidente sofre influências de diversas proveniências e a cultura ocidental vai absorvendo muitas componentes ou experiências oriundas de outras culturas (Gouveia, 2003). Por exemplo, algumas tradições como a música Salsa das Caraíbas, a culinária asiática, entre outras, estão a difundir-se globalmente (PNUD, 1999): o prato favorito dos Britânicos que hoje vão jantar fora já não é o *fish and chips* mas o *caril*. Assim, embora haja uma força dominante (a americanização), há também um fluxo subordinado em sentido contrário (Friedman, 2000). Longe de serem o “ópio do povo”, os instrumentos de homogeneização trazidos pela globalização são ativamente processados pelas pessoas e grupos, sendo devolvidos através de diálogos heterogêneos de soberania nacional, de livre-iniciativa, resistência, seletividade e ironia (Appadurai, 1997 como citado em Santos, 2001).

Dimensão económica

Na segunda metade do século XX, o rendimento mundial multiplicou-se sete vezes e o rendimento médio teórico por habitante três vezes. Porém, entre 1960 e 1995, os 20% mais ricos (na sua quase totalidade habitantes nos países do Norte) viram a sua parte de rendimento passar de 70% para 86%, enquanto a parcela correspondente aos 20% mais pobres caía de 2.3% para 1.3% (Bessis, 2000).

Neste sentido, a partir do final do século XX, desencadearam-se uma série de estudos com o objetivo de compreender se a globalização contribui para o aumento da desigualdade global de rendimentos ou estimula, pelo contrário, uma inversão desta tendência (Hung & Kucinskas, 2011). Se para alguns autores a globalização gera prosperidade geral que beneficia a maioria da população mundial, para outros esta prosperidade está concentrada numa minoria de privilegiados, enquanto as condições de vida da restante maioria pioram. De facto, os primeiros argumentam que o crescimento promovido pela globalização, para além do aumento da criação de riqueza a nível mundial, tem tido um impacto positivo nos índices gerais de pobreza dos países pobres (Chambre de Commerce International, 2003), enquanto os últimos consideram que esta redução da pobreza tem sido realizada com um aumento extraordinário da desigualdade (Stiglitz, 2002).

Numa análise recente Firebaugh e Goesling (2004, como citados em Hung e Kucinskas, 2011) constatam que a maior parte da redução da desigualdade global se deve à rápida industrialização da China e Índia que, no conjunto, constituem quase 40% da população mundial. O crescimento rápido dos níveis de rendimento médio da China e da Índia,

resultante da deslocalização da produção para estes países, compensam o declínio dos níveis de rendimento de muitas nações na África e noutros lugares, originando uma redução líquida da desigualdade entre países. Contudo, se a China e a Índia são eliminadas da equação, a desigualdade entre países revela uma tendência inequívoca de crescimento.

Se há divergência quanto ao papel da globalização no aumento ou diminuição das desigualdades entre países, há contudo consenso no que refere ao seu papel no aumento das desigualdades dentro de cada país (Hung & Kucinskas, 2011). Com efeito, desde os anos 1980s, a desigualdade de rendimentos aumentou em muitos mais países do que naqueles em que diminuiu: por cada país onde a desigualdade diminuiu há dois países em que aumentou (PNUD, 2010). O fosso entre ricos e pobres cresceu ao longo das duas últimas décadas em mais de três quartos dos países da OCDE e em muitos países emergentes (PNUD, 2011).

Para muitos autores, o aumento das desigualdades sociais propiciadas pela globalização advém do consenso neoliberal entre países desenvolvidos que é imposto aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos e da ação preconizada pelas instituições internacionais responsáveis pela ajuda externa, designadamente o Fundo Monetário Internacional⁵ (FMI) e o Banco Mundial⁶ (Lopes, 2011; Santos, 2001).

De facto, a globalização da economia alicerçou-se num papel crescente do FMI, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio⁷ (OMC) na definição das políticas económicas e das regras do comércio internacional (PNUD, 1999). As principais medidas adotadas sob o chamado “Consenso de Washington”⁸ visam a disciplina fiscal; o redirecionamento dos gastos públicos; a liberalização do comércio; a abertura ao investimento direto estrangeiro (IDE)⁹; a privatização das empresas estatais; a desregulamentação (abolição de regulamentos que impedem a entrada ou limitam a concorrência); e a segurança jurídica dos direitos de propriedade (World Bank, 2001), trazendo implicações diretas para as políticas económicas desenvolvidas pelos Estados nacionais (PNUD, 1999).

Uma das transformações mais importantes da globalização económica foi a crescente concentração do poder económico pelas empresas multinacionais: das 100 maiores economias do mundo, 47 são empresas multinacionais; 70% do comércio mundial é controlado por 500 empresas multinacionais; 1% das empresas multinacionais detém 50% do IDE (Clarke, 1996 como citado em Santos, 2001).

⁵ Fundado em 1945 e administrado pelos governos dos seus 188 países membros, tem como principal objetivo assegurar a estabilidade do sistema monetário internacional. Com este intuito presta assessoria aos países membros analisando as suas políticas e indicando medidas a adotar.

⁶ Trata-se de um grupo de instituições financeiras cujo principal objetivo consiste em fomentar o crescimento económico e a cooperação à escala global contribuindo para a promoção do processo de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento membros dessas instituições.

⁷ Fundada a 1 de janeiro de 1995 integra 159 países. Trata-se de uma instituição internacional que visa regular o comércio internacional a nível mundial garantindo que o comércio flua da forma mais livre possível com o objetivo último de aumentar a prosperidade dos países membros.

⁸ Nome pelo qual ficaram conhecidas um conjunto de recomendações de políticas económicas formuladas por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, para promover o ajustamento macroeconómico de países em dificuldades económicas.

⁹ Investimento de capital num país diferente do país de origem da empresa.

Apesar das multinacionais contribuírem para atenuar o desemprego e melhorar os salários nos países em desenvolvimento, pela passagem do setor agrícola para o setor industrial, nos países desenvolvidos, para além de conduzirem ao aumento do desemprego pelas deslocalizações do processo produtivo, levam também a uma pressão sobre os salários e a concessões quanto à organização do trabalho (Andreff, 2001).

Outra característica da globalização económica atual é a posição ocupada pelos mercados financeiros enquanto “espinha dorsal” da nova economia global. Com efeito, o comércio internacional perdeu importância relativa face à integração financeira e à internacionalização do IDE (Castells, 2002). Friedman (2000) salienta as consequências desta transição apelidando os investidores anónimos de ações, títulos e divisas de “rebanho eletrónico”, e refere que este rebanho é como a cauda de um tiranossauro: “quando se agita remodela o mundo à sua volta” (p. 146).

De facto, os últimos trinta anos foram assinalados por diversas crises financeiras. A crise monetária do sudeste asiático (1997-99) foi considerada a primeira grande crise dos mercados globalizados e alertou para a fragilidade dos mercados financeiros – baseados em taxas de confiança e risco fornecidas por empresas especializadas (como por exemplo a *Standard & Poor's*, a *Fitch* ou a *Moody's*). Em vez de serem incidentes isolados, as crises financeiras tornaram-se cada vez mais frequentes não deixando nenhum país de fora (PNUD, 1999). É disso exemplo a última crise mundial, iniciada nos Estados Unidos em 2007, com a crise do mercado hipotecário *Subprime*¹⁰.

Assim, “a nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial” (Santos, 2001, p. 41).

Dimensão política

O Estado surgiu na Europa Ocidental com o fim do feudalismo e tornou-se, durante o século XX, a figura representativa da organização política, o elemento fundamental da coesão das sociedades (Chevallier, 2000). Ao Estado cabia a afirmação e defesa da identidade coletiva, a proteção e salvaguarda da ordem social e a harmonização dos comportamentos e resolução dos conflitos sociais. A realização destas funções pressupunha o estabelecimento de “fronteiras” que delimitavam o espaço sobre o qual o Estado podia exercer a sua “soberania”.

Alguns autores salientam que a globalização conduz, no campo político, a um esvaziamento progressivo do espaço de decisão dos governos nacionais, pela transferência do poder para entidades supranacionais, regionais ou locais (Bauman, 1999; Mansfield, 2005). São disso exemplo, como já referimos, a crescente importância das organizações internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, mas também de formas de governo supraestatais como a União Europeia, a NAFTA¹¹, o Mercosul¹², a ASEAN¹³, ou a mais

¹⁰ *Subprime lending* refere-se ao crédito com elevado risco de incumprimento por parte do tomador.

¹¹ Acordo de Comércio Livre da América do Norte (em inglês North American Free Trade Agreement) – constitui uma zona comercial entre o Canadá, México e os Estados Unidos.

¹² União aduaneira do Sul, integra países como a Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.

¹³ Associação das Nações do Sudeste Asiático (em inglês Association of Southeast Asian Nations) – organização geopolítica e económica entre países do sudeste asiático como a Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia ou Vietnam.

recentemente criada União Africana¹⁴, na definição das políticas nacionais, conduzindo a uma maior homogeneização internacional, tanto nos países mais desenvolvidos como nos países em vias de desenvolvimento (Cravinho, 2000). Também a forte concorrência entre países para atrair IDE veio condicionar a política fiscal ao nível das grandes multinacionais, e a existência de paraísos fiscais (e.g. Bahamas, Liechtenstein, Madeira, etc.) veio retirar aos Estados importantes receitas fiscais (Christensen, 2012).

Por outro lado, os novos espaços de cidadania que se vão constituindo põem em causa a pretensão do Estado à exclusividade. A identidade divide-se agora entre identidades de proximidade e laços de solidariedade que se desenvolvem para além do Estado-Nação (Chevallier, 2000). Assim, as fronteiras físicas e simbólicas que delimitavam a esfera de influência e intervenção do Estado tornaram-se fluidas, a capacidade dos Estados-Nação para conduzir ou controlar os fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias, como fazia no passado, tem vindo a diminuir (Santos, 2001).

Estes aspetos têm levado alguns autores a falar do fim ou “definhamento” dos Estados-Nação e das suas implicações para o próprio futuro da democracia (Bauman, 1999; McGrew, 1993). Enquanto a democracia se está a expandir por todo o mundo¹⁵, nas democracias maduras existe uma enorme desilusão quanto aos processos democráticos (Giddens, 2002). Na maioria dos países ocidentais os níveis de confiança nos políticos têm vindo a decrescer nos anos recentes, há cada vez menos pessoas a votar e cada vez mais pessoas, em especial entre as gerações mais jovens, que se dizem desinteressadas da política (Cabral, 1997; Freire, 2003; Giddens, 2002). Contudo, este desinteresse não parece corresponder a uma perda de fé nos processos democráticos, mas antes a uma crítica à classe política (Giddens, 2002) – vista como corrupta e motivada por interesses pessoais (Poeschl & Ribeiro, 2010), e ao sistema representativo existente – que já não parece suficiente, por si só, para responder às exigências democráticas de uma sociedade em que cidadãos e governantes partilham os mesmos meios de informação (Giddens, 2002). Em defesa de uma cidadania mais ativa, a globalização e as novas redes de telecomunicações permitiram o aparecimento de novos atores na cena política internacional, nomeadamente pequenos atores como as organizações não-governamentais (PNUD, 1999).

Se há então autores que apregoam o fim dos Estados-Nação, outros salientam contudo que estas alterações não significam que o Estado esteja ultrapassado como forma de organização política. Apesar dos novos intervenientes, a sociedade internacional continua a ser dominada pelos Estados e a sua configuração depende, antes de mais, das desigualdades de poder e das rivalidades entre eles (Chevallier, 2000). Para Hirst e Thompson (1998) os Estados nacionais, nomeadamente nas economias avançadas, estão tão robustos e integrados como antes ou ainda mais. Com efeito, o retraimento do Estado preconizado pelo Consenso de Washington e as alianças transnacionais são obtidos apenas através de uma forte intervenção estatal (Held, 2000; Santos, 2001).

Concluindo, a globalização é um processo *dialético* na medida em que não traz “uma série generalizada de mudanças actuando numa direção uniforme, mas consiste em tendências que se opõem mutuamente” (Giddens, 1998, p. 45). É também um processo

¹⁴ Criada em 2000, com base no modelo da União Europeia e do NAFTA, é composta pela maioria dos países africanos.

¹⁵ Entre 1980 e 1990 cerca de 81 países deram passos significativos no sentido da democracia. Atualmente, 140 dos quase 200 países do mundo têm eleições multipartidárias (PNUD, 2002).

desigualmente experienciado no tempo e no espaço. Esta desigualdade reflete a estrutura assimétrica de poder, quer entre nações quer dentro delas, que a globalização tende a reforçar (senão mesmo a aumentar), reproduzindo as hierarquias globais de privilégio, controlo e exclusão (McGrew, 1993), constituindo uma arena para o conflito entre grupos sociais (Santos, 2001). De facto, a análise das consequências da globalização tem posto em evidência os conflitos e divergências nas relações entre países pobres e países ricos; entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento; e dentro dos países – entre ricos e pobres, letrados e iletrados, ou mais concretamente, entre grupos com poder e grupos sem poder para determinar o curso da globalização.

A globalização enquanto objeto de representações sociais

A globalização não é alvo de debate apenas nos meios políticos e académicos, mas constitui também um objeto de reflexões e de trocas de opinião junto do grande público. Ora, quando um novo conceito, uma ideia nova, aparece no espaço social, a necessidade de lidar com as questões abstratas e complexas que são colocadas, conduz à formação de representações sociais (Clémence, 2001). Numa primeira fase observa-se uma difusão de informação acerca do conceito que produz um conjunto de pontos de referência comuns. Estes pontos de referência constituem os aspetos consensuais e partilhados das representações que desempenham importantes funções, nomeadamente transformar conceitos abstratos, estranhos em saberes familiares. É a criação deste saber comum que possibilita a comunicação entre os agentes sociais (Moscovici, 1961).

Uma segunda fase ocorre quando grupos específicos intervêm, organizando a rede de conteúdos de acordo com a sua posição social, o seu conhecimento e as suas crenças. Nesta fase, os grupos elaboram diferentes representações de forma a justificar e orientar as atitudes, os comportamentos e as relações que têm com outros grupos, e criar ou manter uma identidade social e pessoal gratificante (Poeschl, 2003). Procura-se uma “forma de pensar”, de se posicionar relativamente ao debate que entretanto se desenvolve (Clémence, 2001).

Com o objetivo de captar as representações sociais da globalização foi conduzido, em 2002, um estudo exploratório em Portugal. Numa questão de associação livre incluída neste estudo, a globalização apareceu como um conceito centrado na unificação à escala mundial, caracterizado pela ausência de fronteiras, partilha de informação, união e uniformização, mas também enquanto processo multidimensional que abrange aspetos económicos, culturais, ambientais, tecnológicos e políticos (Ribeiro & Poeschl, 2006).

Em 2003 foi realizado um segundo estudo junto de 503 estudantes de cinco países de três continentes (Portugal, França, Brasil, México e Tunísia). Neste estudo foi utilizado um questionário misto composto de uma tarefa de associação livre de palavras e de escalas de opinião destinadas a medir a atitude e o grau de implicação para com a globalização (para uma descrição detalhada do instrumento ver Viaud, 2007).

De acordo com a perspetiva desenvolvida pela Escola de Genebra sobre representações sociais (por exemplo, Doise, 1985), a análise dos dados realizada por Poeschl *et al.* (2007) procurou identificar, de entre a diversidade de opiniões individuais, os tipos de posições suscetíveis de serem partilhadas por um determinado número de respondentes, e em que medida essas posições eram representativas dos diferentes países participantes no estudo. Através de uma análise de classificação automática realizada sobre as respostas às

variáveis de atitude (favorabilidade, avaliação positiva, preocupação, ameaça) e implicação (ação individual, ação coletiva, envolvimento, informação) foram captados três posicionamentos distintos face ao fenómeno: a simpatia, a oposição e a indiferença. Os simpatizantes caracterizavam-se por uma maior favorabilidade e uma menor preocupação, sendo os que se diziam melhor informados e consideravam ter maior possibilidade de ação pessoal. Os oponentes, por seu lado, eram os menos favoráveis, os que se sentiam mais preocupados e ameaçados e que mais acreditavam na possibilidade de uma ação coletiva sobre a globalização. Os indiferentes eram mediamente favoráveis, mas os menos informados e preocupados e os que pensavam menos que se pode agir sobre o fenómeno. No contexto dos cinco países estudados, os estudantes portugueses encontravam-se representados sobretudo no grupo dos países mais favoráveis à globalização, juntamente com os estudantes brasileiros. Os estudantes do México encontravam-se representados principalmente no grupo dos indiferentes, dividindo-se os estudantes da Tunísia entre os simpatizantes e os oponentes e os estudantes franceses entre os oponentes e indiferentes (Poeschl *et al.*, 2007).

A análise temática realizada sobre o discurso captado através da tarefa de associação livre realizada por Viaud, Uribe e Acosta (2007) opôs claramente o discurso dos simpatizantes (e, portanto, dos estudantes portugueses e brasileiros), ao discurso dos oponentes e indiferentes (ou seja, o discurso dos estudantes franceses e mexicanos), estando os estudantes tunisinos representados em ambos os discursos. Assim, enquanto o discurso dos simpatizantes remetia para três dimensões da representação: o progresso tecnológico como fator de civilização, a unificação e a sociedade de comunicação, o discurso dos oponentes e dos indiferentes remetia para a americanização, o comércio, a oposição entre ricos e pobres, o mercado e o trabalho, e o capitalismo americano.

Por seu lado, Ben Alaya e Campos (2007), seguindo a perspetiva estrutural das representações sociais (por exemplo, Abric, 1994), procuraram identificar a natureza central e periférica dos conteúdos evocados e evidenciar os temas que organizam as associações entre os elementos da representação. A análise dos conteúdos hierarquizados, que cruza a frequência de ocorrência e a ordem média de importância dos elementos, permitiu identificar como elementos centrais da representação dos estudantes portugueses o “capitalismo”, a “economia”, a “comunicação”, a “união” e o “mundo”. Por seu lado, a análise de semelhança, definida a partir do número de ligações entre os elementos e da sua intensidade medida através do índice de coocorrência, sugeriu que a representação se organizava em torno do elemento “união”, à volta do qual se agregavam diversas preocupações pluridimensionais, como a “perda de identidade” mas também o “desenvolvimento”, e condições que poderiam conduzir a essa união, como a “comunicação” e o “poder”.

Tal como na representação dos estudantes portugueses, na representação dos estudantes brasileiros, “capitalismo” e “união” surgiam como elementos centrais aliados ao “desenvolvimento”, organizando-se a representação em torno de três temas: “economia”, “unificação” e “trocas”. Nas representações dos estudantes franceses e mexicanos a “economia” constituía um dos elementos centrais, mas enquanto os franceses salientavam a influência da “americanização” no “comércio” mundial, fonte de “desigualdades”, de reações “antiglobalização” e de “uniformização” cultural, os mexicanos referiam, como efeito nefasto do liberalismo económico e comercial, a criação de relações de dominação (“poder”) e as desigualdades sociais (“pobreza”). A representação dos estudantes tunisinos

assumia um caráter contraditório e ambivalente, expresso nos elementos pertencentes ao núcleo central: “dominação” e “desenvolvimento” e que se traduzia, pela coexistência de dois elementos organizadores de conotações antagônicas, o “progresso” pela “abertura” ao “mundo” vs. a “dominação” pela “economia”, remetendo para o passado colonial de dominação.

As representações divergentes encontradas nos diversos países participantes salientaram a importância de elementos culturais, históricos e civilizacionais no posicionamento face à globalização. Contudo, as diferenças de posicionamento encontradas no interior de cada país sugeriram também a existência de outros elementos explicativos do posicionamento face à globalização (Poeschl *et al.*, 2007). Para tentar identificar estes elementos explicativos e colmatar a limitação da utilização de uma amostra constituída apenas por estudantes, foi realizado outro estudo em 2005 que procurou explorar o efeito da inserção social (estudantes vs. profissionais de baixo ou elevado rendimento) e do sistema de valores individuais nas representações captadas (Poeschl & Viaud, 2008). Os resultados revelaram uma relação entre os diferentes posicionamentos e o sistema de valores dos indivíduos, sendo que os respondentes que atribuíam uma maior importância aos valores universalistas (igualdade, harmonia, realização, respeito) e/ou securitários (paz, segurança familiar, segurança nacional) foram aqueles que se mostraram menos favoráveis e mais preocupados pela globalização, enquanto aqueles que se mostravam mais favoráveis ao fenómeno atribuíam maior importância à obtenção de um nível de vida satisfatório (vida confortável, reconhecimento social, etc.) (Poeschl, 2008).

Apesar de ter sido interrogada também uma população profissionalmente ativa, os resultados encontrados foram semelhantes aos de 2003, quer ao nível da composição nacional dos diferentes grupos de posicionamento quer ao nível dos conteúdos evocados pelos grupos. Com efeito, os resultados revelaram uma permanência dos respondentes portugueses no grupo mais favorável à globalização, juntamente com os respondentes brasileiros, e confirmaram a centralidade da unificação fundamentada na comunicação e no acesso à informação e nos aspetos económicos. Os resultados sugeriram ainda que a inserção social profissional não corresponde a um tipo particular de posicionamento e que não há consideráveis variações em termos de posicionamento consoante estas categorias sociais (Poeschl, 2008).

As metodologias utilizadas nos estudos referidos – associação livre de palavras e escalas de opinião – apresentam vantagens ao nível da economia de tempo e da comparabilidade dos dados. Contudo, estas metodologias não permitem compreender como são articuladas as diferentes dimensões da representação da globalização nos sistemas de pensamento das pessoas, nem como são resolvidas eventuais contradições relativamente ao impacto dessas dimensões. O presente estudo procurou, portanto, aceder, através da realização de entrevistas semiestruturadas, às lógicas de raciocínio subjacentes às representações formadas por pessoas não especialistas na questão da globalização. Mais concretamente, procurou explorar as opiniões relativas às consequências, positivas e negativas, da globalização em diferentes áreas da vida social e identificar variações nas representações captadas em função de diversas inserções sociais.

Método

Participantes

Participaram neste estudo 30 pessoas, 15 homens e 15 mulheres, repartidos igualmente por três categorias de inserção social constituídas com base na atividade profissional e no nível de formação académica: 10 estudantes, 10 profissionais de baixa inserção social e 10 profissionais de elevada inserção social¹⁶.

Os estudantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos (20 anos em média, $DP = 1.76$), frequentam o ensino superior nos cursos de Psicologia, Direito, Enfermagem, Gestão e Engenharia. Os respondentes de baixa inserção social têm idades compreendidas entre os 29 e os 58 anos (42 anos em média, $DP = 9.38$), 40% têm o diploma do 3º ciclo do ensino básico e 50% o diploma do ensino secundário. Na sua maioria são empregados da administração e serviços (70%). Os ativos de inserção social elevada têm idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos (41 anos em média, $DP = 6.44$), 80% possuem uma licenciatura e 20% o doutoramento. São maioritariamente quadros superiores (50%) e médios (40%) da administração e serviços e do comércio e indústria.

Instrumento

O estudo foi realizado através de entrevistas semiestruturadas. Após a apresentação dos objetivos do estudo e do consentimento informado para a gravação da entrevista, esta seguia, dividida em cinco partes: opinião geral sobre a globalização; definição e caracterização do fenómeno; posições de diferentes países relativamente à globalização; papel da globalização nas discrepâncias mundiais; e possibilidade de ação. As questões abordadas na segunda parte constituem o objeto do presente artigo.

Nesta parte da entrevista, começava-se por pedir aos respondentes para darem a sua opinião sobre a origem da globalização, quando é que esta começou. Posteriormente procurava-se saber a opinião das pessoas relativamente às consequências do fenómeno, nomeadamente se a globalização tem ou não consequências - a nível pessoal, nacional (para Portugal), para a União Europeia ou para o mundo de forma geral - e em que dimensões: económica, cultural, política, ambiental e científica. Por último, auscultava-se a opinião das pessoas relativamente à preocupação suscitada pelo fenómeno e qual o futuro esperado, ou seja, em que sentido consideram que a globalização vai evoluir.

Procedimento

Após a realização de um pré-teste as entrevistas foram efetuadas nas instalações da Universidade ou na residência dos entrevistados. Cada entrevista teve uma duração média de aproximadamente 1 hora, num mínimo de 45 minutos até um máximo de 2 horas.

Análise dos dados

O material recolhido através das entrevistas foi transcrito e analisado com o programa de análise de dados textuais Alceste. Este programa permite estudar a estrutura formal da

¹⁶ Os profissionais de escolaridade superior e que desempenhavam profissões de quadro médio ou superior foram categorizados no nível de inserção elevado enquanto os entrevistados com menor grau de escolaridade ou que desempenhavam funções abaixo de quadros médios foram codificados no nível de inserção baixo.

coocorrência das palavras num determinado *corpus*, efetuando uma classificação hierárquica descendente, baseada na distância do qui-quadrado, numa tabela de palavras que cruza o conjunto das formas lematizadas (reduzidas à raiz) em proveniência dos discursos expressos (Poeschl, Múrias, & Costa, 2004).

Para examinar o efeito da pertença social foram incluídas as variáveis demográficas sexo (masculino vs. feminino) e inserção social (estudantes vs. profissionais de baixa inserção social vs. profissionais de elevada inserção social) como variáveis independentes.

Resultados

O *corpus* da entrevista consagrado à caracterização da globalização – sua origem, consequências, dimensões, preocupação e evolução – foi dividido em 30 unidades de contexto iniciais, correspondentes ao número de participantes, que foram subdivididas em 2855 unidades de contexto elementares (UCE) de 12.48 palavras em média. Estas unidades de contexto elementares foram definidas pelo programa e correspondem a duas ou três linhas de texto, ou seja, mais ou menos a uma frase. Das 2855 UCE foram classificadas 2257, o que representa 79.05% do material recolhido. A análise de classificação hierárquica levou a uma partição das formas reduzidas em quatro classes.

Classe 1: Mercado e cultura

A primeira classe é composta de 442 UCE (19.58% das unidades). Inclui, mais particularmente, as palavras: empresas, produtos, baratos ($\chi^2 > 100.00$); comprar, Espanha, lojas, alimentar, filhos, preços, Portugal, estrangeiro, fábricas, fechar, mão de obra, trabalhar, vender, roupa, comer, McDonald's ($\chi^2 > 40.00$). Estas palavras são significativamente mais evocadas pelos profissionais de baixa inserção social ($\chi^2 = 34.35$) e menos evocadas pelos estudantes ($\chi^2 = 19.75$).

A análise das unidades de contexto elementar mais representativas revela diversas consequências ao nível da economia de mercado como resultado da produção nos países emergentes: “aparecem artigos que vêm da China, muito mais baratos e aí o consumidor é beneficiado, porque consegue artigos baratos” (entrevista 21, inserção baixa, homem); “trabalham 24 horas por dia ou 16 horas por dia, ou 18 horas por dia, ou o que é, não pagam impostos, por conseguinte os produtos são mais baratos” (entrevista 11, inserção baixa, homem). Os entrevistados referem também aspetos culturais que se prendem com a imigração: “pessoas que vêm de fora e que tiram muitas vezes o lugar de certos empregos a pessoas que estão aqui desempregadas à procura de emprego e que não conseguem arranjar” (entrevista 21, inserção baixa, homem) ou a alteração de costumes: “hoje entra numa empresa, muitas vezes são apresentados doutores, engenheiros mecânicos, seja qual for a sua profissão. Não sei se é o Manuel, o Fernando, se é o quê? [...] Perdeu-se o relacionamento, o dizer «bons dias»” (entrevista 23, inserção baixa, homem).

Classe 2: Ciência e tecnologia

Na segunda classe, que inclui 389 UCE, ou seja 17.24% das unidades, encontram-se, dentro das palavras mais frequentes: ciência, internet, tecnologia, acesso, informação ($\chi^2 > 100.00$); comunicação, conhecimento, programas, facilidade, rapidamente, troca, televisão,

telemóvel, contacto ($\chi^2 > 60.00$); descoberta, computador, evoluir, permitir, aprender, conhecer, estudar, investigação ($\chi^2 > 40.00$). É um discurso mais patente nos estudantes ($\chi^2 = 10.51$) e nos respondentes do sexo feminino ($\chi^2 = 5.87$).

Trata-se de um discurso essencialmente positivo que reflete uma estreita ligação entre a globalização e o desenvolvimento científico e tecnológico, originando-se mutuamente: “a globalização permitiu o desenvolvimento da ciência e das tecnologias” (entrevista 6, estudante, mulher); “por causa da revolução informática, com a internet, os satélites, as coisas começaram a ficar muito mais globalizadas porque a internet permite-nos ter acesso a tudo o que se passa no mundo [...] num curto espaço de tempo” (entrevista 8, estudante, mulher); “penso que a ciência e a tecnologia dão um grande contributo à globalização porque é mais fácil aceder-se à informação, mais fácil o intercâmbio de ideias, podem estar duas pessoas, uma na Europa e outra na Ásia e conseguem comunicar [...] podem discutir ideias” (entrevista 9, estudante, homem).

Classe 3: Ambiente

A terceira classe reúne 7.89% das unidades de contexto (178 UCE) e inclui sobretudo as palavras: ambiente, poluição ($\chi^2 > 400.00$); água, reciclagem, camada do ozono ($\chi^2 > 100.00$); efeito de estufa, lixo, gases, estragar, diminuir, melhorar, problemas, Quioto, potável, Amazónia, saúde, rios, escassez, implementar, impacto ($\chi^2 > 50.00$). As palavras foram sobretudo mencionadas pelos respondentes do sexo feminino ($\chi^2 = 12.84$), principalmente estudantes ($\chi^2 = 9.54$), estando significativamente menos presentes nos respondentes de elevada inserção social ($\chi^2 = 6.98$).

O discurso revela que os entrevistados consideram que a globalização desempenha um papel ativo no agravamento dos problemas ambientais: “Por exemplo o efeito de estufa, eu acho que tem muito a ver com a globalização. Porque lá está, somos todos nós que contribuimos para isso, não é só um país” (entrevista 10, mulher, estudante); “o impacto ambiental que a globalização tem para o planeta, o efeito de estufa, o buraco do ozono, a desflorestação da própria Amazónia [...] é uma consequência negativa da globalização, esta ânsia de crescimento, [...] de produzir” (entrevista 1, homem, estudante). Contudo também consideram que a globalização contribui para a sensibilização para as questões ambientais: “a globalização tenta alertar para esses mesmos problemas, para que as pessoas não poluam tanto, para que poupem a água porque a água diz respeito a todos” (entrevista 6, mulher, estudante). A globalização desempenha ainda um papel na regulamentação das medidas ambientais a adotar através dos acordos internacionais: “tem a ver com o ambiente porque também há aquelas cimeiras em que muitos países participam para combater a poluição, assinam acordos” (entrevista 8, mulher, estudante); “o protocolo de Quioto em que quase todos, menos alguns é que não assinaram, mas a grande maioria assinou o protocolo de Quioto sobre as emissões de gases” (entrevista 5, homem, estudante).

Classe 4: Política e abertura

A quarta classe, a maior de todas, com 1248 UCE, isto é 55.29% das unidades de contexto elementares, inclui sobretudo as palavras: política, economia, União Europeia ($\chi^2 > 50.00$); consequências, unir, futuro, ricos, vista ($\chi^2 > 20.00$). Este discurso, que reflete as consequências no futuro das políticas adotadas, está mais presente nos ativos de elevada

inserção social ($\chi^2 = 22.12$), do sexo masculino ($\chi^2 = 18.99$). Está significativamente ausente do discurso dos ativos de baixa inserção social ($\chi^2 = 18.52$).

O discurso revela a importância da dimensão política no processo de globalização enquanto algo positivo: “eu acredito ou quero acreditar que as medidas políticas fruto dessa globalização que são tomadas têm o intuito e o objetivo de melhorar a nossa qualidade de vida e proporcionar-nos de facto melhores condições a todos os níveis” (entrevista 15, inserção elevada, homem); “foi tudo uma decisão tomada pela política, pela política ou pelos políticos [...] foi muito bom porque de facto, como estávamos muito fechados, que era o que acontecia anteriormente antes do 25 de Abril, quando vivíamos em ditadura” (entrevista 14, inserção elevada, mulher). Relativamente ao que esperar do futuro da globalização os respondentes referem a esperança de uma evolução positiva: “a globalização neste momento poderia ser digamos uma forma de vivermos num mundo melhor” (entrevista 19, inserção elevada, homem) e a continuação do alargamento e da abertura: “eu acredito sinceramente que o espaço Schengen um dia poderá ser global e nós poderemos ir a qualquer parte, a qualquer país do mundo” (entrevista 1, estudante, homem).

Discussão

Os discursos produzidos relativamente à definição e caracterização do fenómeno globalização – origem, consequências e dimensões, preocupação e futuro –, sem contrariarem a representação da globalização enquanto unificação fundamentada na comunicação, no acesso à informação e nos aspetos económicos (Poeschl & Viaud, 2008), remetem para a multidimensionalidade do conceito (Ribeiro & Poeschl, 2006). Nos discursos captados podem-se identificar as principais consequências apresentadas na literatura, nomeadamente os aspetos económicos, tecnológicos, culturais, ambientais e políticos, sendo contudo praticamente ausentes as referências quanto à origem da globalização, talvez devido à menor relevância social deste aspeto da discussão sobre o fenómeno.

Os discursos captados revelam que as consequências percebidas da globalização estão associadas à inserção social das pessoas entrevistadas. Num discurso positivo, os estudantes salientam as vantagens da globalização tecnológica, a importância da partilha de conhecimento, a possibilidade de viajar e estudar em diferentes países e culturas, aliadas ao desenvolvimento dos meios de informação e comunicação. Referem também os aspetos ambientais, nos quais a globalização pode desempenhar um papel tanto negativo como positivo. Os estudantes são pouco sensíveis às consequências que advêm da globalização dos mercados, ao contrário dos ativos de baixa inserção social. O discurso, ambivalente, destes profissionais salienta sobretudo o acesso a produtos mais baratos, mas também o risco do desemprego pelas crescentes deslocalizações do processo produtivo para países emergentes como a China ou a Índia, evocando menos os aspetos políticos. Os ativos de elevada inserção social, apesar de menos despertados para as consequências ambientais da globalização, partilham as preocupações sociais e económicas, distinguindo-se dos outros respondentes pela importância atribuída à dimensão política, vista como positiva, da globalização. Com efeito, este grupo social parece apostar na globalização como meio para reduzir as assimetrias e augura um futuro positivo para o processo.

O facto de a classe *política e abertura* reunir a maioria do material analisado e ser mais representativa do discurso dos ativos de elevada inserção social e dos entrevistados do sexo

masculino, pode dever-se à maior produção discursiva destes grupos sociais (estudantes: 31.528 palavras; ativos baixa inserção social: 40.815 palavras; ativos elevada inserção social: 44.700 palavras; homens: 60.566 palavras; mulheres: 56.477 palavras). O facto de os grupos entrevistados não mostrarem a mesma fluidez de expressão, ou seja a mesma facilidade de se exprimirem acerca deste objeto social, poderá dever-se à maior relevância da globalização para os grupos sociais em situação económico-social privilegiada ou dominante. Com efeito, resultados relativos aos dados portugueses recolhidos em 2005 (Ribeiro, 2011) revelam que a globalização constitui um objeto social mais saliente, ou seja, que produz maior pensamento, discursos e procura de informação, para os profissionais de elevado rendimento do que para os profissionais de baixo rendimento ou para os estudantes, e mais saliente para os homens do que para as mulheres.

A saliência dos aspetos informacionais e comunicacionais no discurso dos estudantes ilustra o “fosso de informação” (Anderson, 2001) referido na parte teórica deste trabalho, salientando as discrepâncias entre jovens e velhos, letrados e iletrados no acesso à sociedade de informação propiciada pela globalização. Por seu lado, a opinião contrastante entre estudantes e ativos de baixa inserção social relativamente ao intercâmbio cultural e circulação de pessoas entre países evidencia como, consoante a posição social, esta mesma possibilidade de circulação e intercâmbio pode ser perspetivada como estimulante ou inquietante (PNUD, 2004).

O facto de serem também sobretudo os ativos de baixa inserção social a referirem as consequências negativas da globalização para a economia ilustra como a globalização favorece o aumento das desigualdades sociais dentro dos países através dos seus efeitos diferenciados no mercado de trabalho. Com efeito, enquanto a globalização do mercado de trabalho qualificado (gestores de topo, analistas financeiros, cientistas, estrelas desportivas, etc.) propicia a melhoria das condições salariais, estímulos à progressão e relativa estabilidade, o emprego assente na produção intensiva da força de trabalho da classe trabalhadora enfrenta graves consequências a nível nacional, quer pela deslocalização do processo produtivo para países com vantagens comparativas em termos dos custos de mão de obra e sociais, quer pela pressão sobre os salários e a precarização dos vínculos laborais (Andreff, 2001; Castells, 2002; PNUD, 1999).

Por último, o facto de as mulheres referirem mais os aspetos ambientais e os homens privilegiarem os aspetos políticos vai de encontro a diversos estudos que mostram que as mulheres são mais preocupadas do que os homens relativamente a questões ambientais, como a reciclagem (Executive Digest, 2009) e menos interessadas pela política (Cabral, 1997; Freire, 2003).

Em suma, apesar de os estudos internacionais referidos anteriormente não terem salientado, globalmente, diferenças significativas nas representações da globalização em função da inserção social e do sexo dos respondentes, os resultados aqui encontrados apontam para uma diferenciação ao nível da saliência e importância das dimensões e consequências do fenómeno: Os discursos captados remetem claramente para a importância das posições que os grupos ocupam na sociedade na formação das representações sociais, nomeadamente as que estão ligadas às práticas sociais.

Assim, estes discursos revelam que a atitude relativamente favorável obtida em estudos anteriores é sobretudo devida à importância dos aspetos comunicacionais proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico na representação dos portugueses por

nós inquiridos. Contudo, existem também aspetos negativos e ambivalentes nessa representação que se referem sobretudo às consequências económicas, culturais e ambientais da globalização. Por um lado, a ambivalência pode provir de estarmos numa fase de emergência da representação (Ben Alaya, 2008; Campos, 2008), o que poderia explicar que as representações se revelam pouco ou mal estruturadas e que se encontram tanto inquietudes junto dos sujeitos mais favoráveis como expectativas positivas junto dos mais desfavoráveis (Campos, 2008). Por outro lado, pode revelar, como referem alguns autores (Pimenta, 2004; Santos, 2001), que não estamos face a um fenómeno único de globalização, mas diante de diferentes processos de globalização, que avançam a ritmos muito diferentes com consequências, em muitos casos, de sentidos opostos sobre diferentes grupos sociais.

Nesta perspetiva, seria importante poder construir, na sociedade civil, uma consciência dos riscos e potencialidades que os processos de globalização podem trazer para o conjunto dos cidadãos e para cada um dos grupos sociais em particular, para que os cidadãos que geralmente não têm voz sejam capazes de reivindicar por uma governação melhor e mais justa e contribuir ativamente na condução do curso da globalização.

Referências

- Abric, J.-C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Adda, J. (1997). *A mundialização da economia*. Lisboa: Terramar.
- Anderson, W. T. (2001). O planeta da informação e a política global de risco. Em Fundação Calouste Gulbenkian (Org.). *Globalização, desenvolvimento e equidade* (pp. 193-206). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Andreff, W. (2001). *As multinacionais globais* (J. Pinheiro, Trad.). Porto: Civilização Editora.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: As consequências humanas* (M. Penchel, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity* (M. Ritter, Trad.). London: Sage.
- Ben Alaya, D. (2008). Étude quantitative de la stabilité de la représentation sociale de la mondialisation. Em G. Poeschl & J. Viaud (Eds.). *Images de la mondialisation: La construction sociale d'une représentation* (pp. 159-177). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Ben Alaya, D., & Campos, P. H. F. (2007). La représentation sociale de la mondialisation: contenu, structure et organisation. *Bulletin de Psychologie*, 60(1), 35-47.
- Bessis, S. (2000). O fosso das desigualdades entre ricos e pobres continua a acentuar-se (E. Castro, J. Caspurro, & R. Mouta, Trad.). Em S. Cordellier (Dir.). *O novo estado do mundo. 80 ideias-força para entrar no século XXI* (pp. 25-27). Porto: Campo das Letras.
- Cabral, M. V. (1997). *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Campos, P. H. F. (2008). La représentation sociale de la mondialisation: Son image, ses promesses, ses illusions. Em G. Poeschl & J. Viaud (Eds.). *Images de la mondialisation: La construction sociale d'une représentation* (pp. 133-157). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede* (A. Lemos, C. Lorga & T. Soares, Trad., Vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chambre de Commerce Internationale. (2003). *Nouvelles données sur la mondialisation, la pauvreté et la répartition des revenus*. Recuperado em 8 outubro, 2005, de <http://www.iccwbo.org>.
- Chevallier, J. (2000). Mesmo aliviado de certas funções, o Estado mantém o seu estatuto privilegiado de regulador político das sociedades (E. Castro, J. Caspurro & R. Mouta, Trad.). Em S. Cordellier (Dir.). *O*

- novo estado do mundo. *80 ideias-força para entrar no século XXI* (pp. 150-152). Porto: Campo das Letras.
- Christensen, J. (2012). The hidden trillions: Secrecy, corruption, and the offshore interface. *Crime, Law & Social Change*, 57(3), 325–343.
- Clémence, A. (2001). Social positioning and social representations. Em K. Deaux & G. Philogène (Eds.). *Representations of the social* (pp. 83-95). Oxford: Blackwell.
- Cravinho, J. G. (2000). A globalização e os limites à intervenção do Estado. Em N. S. Teixeira, J. C. Rodrigues & I. F. Nunes (Cord.). *O interesse nacional e a globalização* (pp. 87-95). Lisboa: Edições Cosmos.
- Deléage, J.-P. (2000). A ecologia política toma formas muito diferentes no Norte e no Sul (E. Castro, J. Caspurro & R. Mouta, Trad.). Em S. Cordellier (Dir.). *O novo estado do mundo. 80 ideias-força para entrar no século XXI* (pp. 180-182). Porto: Campo das Letras.
- Doise, W. (1985). Les représentations sociales: Définition d'un concept. *Connexions*, 45, 243-253.
- Dreifuss, R. A. (1997). *A época das perplexidades* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Executive Digest. (2009). *A tecnologia "verde" preocupa e confunde consumidores*. Recuperado em 8 agosto, 2010, de <http://www.executivedigest.pt/2009/12/02/tecnologia-verde-preocupa-e-confunde-consumidores/>
- Freire, A. (2003). Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa. Em J. Vala, M. V. Cabral & A. Ramos (Orgs.). *Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 295-362). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Friedman, T. L. (2000). *Compreender a globalização: O lexis e a oliveira* (M. D. Correia, Trad.). Lisboa: Quetzal Editores.
- Garrett, G. (2000). The causes of globalization. *Comparative Political Studies*, 33(6/7), 941-991.
- Giddens, A. (1998). *As consequências da modernidade* (F. L. Machado & M. M. Rocha, Trad.). Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2002). *O mundo na era da globalização* (S. Barata, Trad.). Lisboa: Editorial Presença.
- Gouveia, T. P. (2003). A globalização como fenómeno de homogeneização cultural. Em J. M. M. Brito (Cord.). *Globalização e democracia: Os desafios do século XXI* (pp. 13-121). Lisboa: Colibri.
- Guillén, M. F. (2001). Is globalization civilizing, destructive or feeble? A critique of five key debates in the social-science literature. *Annual Review of Sociology*, 27, 235-260.
- Held, D. (2000). Regulating globalization? The reinvention of politics. *International Sociology*, 15(2), 394–408.
- Held, D., McGrew, A. G., Goldblatt, D., & Perraton, J. (1999). *Global transformations: Politics, economics and culture*. Cambridge: Polity Press.
- Hirst, P., & Thompson, G. (1998). *Globalização em questão: A economia internacional e as possibilidades de governabilidade* (2ª ed.). (W. C. Brant, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Hove, S. (2000). A globalização dos riscos ambientais torna necessário um reforço das regulações internacionais (E. Castro, J. Caspurro & R. Mouta, Trad.). Em S. Cordellier (Dir.). *O novo estado do mundo. 80 ideias-força para entrar no século XXI* (pp. 49-51). Porto: Campo das Letras.
- Hung, H., & Kucinkas, J. (2011). Globalization and global inequality: Assessing the impact of the rise of China and India, 1980–2005. *The American Journal of Sociology*, 116(5), 1478-1513.
- Lopes, C. (2011). Crescimento económico e desigualdade: As novidades pos-Consenso de Washington. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 94, 3-20.
- Mansfield, B. (2005). Beyond rescaling: reintegrating the 'national' as a dimension of scalar relations. *Progress in Human Geography*, 29(4), 458-473.
- McGrew, A. (1993). A global society? Em S. Hall, D. Held & T. McGrew (Eds.). *Modernity and its futures* (pp. 61-116). Cambridge: Polity Press.
- McLuhan, M. (1964). *Understanding media: The extensions of man*. New York: The New American Library.
- McMahon, P. (2001). Technology and globalisation: An overview. *Prometheus*, 19(3), 211-220.

- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Murteira, M. (2003). *Globalização*. Lisboa: Quimera.
- Ohmae, K. (1990). *The borderless world: Power and strategy in the interlinked economy*. New York: Harper & Row.
- Olesen, T. (2005). The uses and misuses of globalization in the study of social movements. *Social Movement Studies*, 4(1), 49-63.
- Pimenta, C. (2004). *Globalização – produção, capital fictício e redistribuição*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Poeschl, G. (2003). Teoría de las representaciones sociales. Em J. F. Morales Domínguez & C. H. Casal (Eds.). *Estudios de Psicología Social* (pp. 439-466). Madrid: UNED.
- Poeschl, G. (2008). Stabilité et variations dans les représentations sociales de la mondialisation. Em G. Poeschl & J. Viaud (Eds.). *Images de la mondialisation: La construction sociale d'une représentation* (pp. 101-118). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Poeschl, G., Campos, P. H. F., & Ben Alaya, D. (2007). Appartenances nationales et prises de position sur la mondialisation. *Bulletin de Psychologie*, 60(1), 11-19.
- Poeschl, G., Múrias, C., & Costa, E. (2004). Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos. *Análise Social*, 39(171), 365-387.
- Poeschl, G., & Ribeiro, R. (2010). Ancoragens e variações nas representações da corrupção. *Análise Social*, 45(196), 419-445.
- Poeschl, G., & Viaud, J. (2008). (Eds.). *Images de la mondialisation: La construction sociale d'une représentation*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (1999). *Human development report 1999*. New York: Oxford University Press. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2002). *Human development report 2002: Deepening democracy in a fragmented world*. New York: Oxford University Press. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2004). *Human development report 2004: Cultural liberty in today's diverse world*. New York: Oxford University Press. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2005). *Relatório do desenvolvimento humano 2005: Cooperação internacional numa encruzilhada*. Lisboa: Ana Paula Faria Editora. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2006). *Relatório do desenvolvimento humano 2006: A água para lá da escassez*. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2007). *Relatório do desenvolvimento humano 2007/2008: Combater as alterações climáticas*. Coimbra: Edições Almedina. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2010). *Human development report 2010. The real wealth of Nations: Pathways to human development*. New York: United Nations Development Programme. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2011). *Human development report 2011. Sustainability and equity: A better future for all*. New York: United Nations Development Programme. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/reports/global/>.
- Reich, S. (1998). *What is globalization? Four possible answers*. Recuperado em 23 maio, 2005, de www.nd.edu.
- Ribeiro, R. (2011). *Representações da globalização, justiça e relações entre países: Um contributo para o estudo do metassistema das representações sociais* (Tese de Doutoramento). Universidade do Porto, Porto, Portugal.

- Ribeiro, R., & Poeschl, G. (2006). Representações sociais e globalização: Algumas considerações metodológicas. *Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, XIII* (pp. 110-125). Évora: Departamento de Psicologia – Universidade de Évora.
- Rodrik, D. (1997). *Has globalization gone too far?* Washington: Institute for International Economics.
- Santos, B. S. (2001). Os processos da globalização. Em B. S. Santos (Org.). *Globalização: Fatalidade ou utopia?* (pp. 31-106). Porto: Edições Afrontamento.
- Soros, G. (2003). *Globalização*. Lisboa: Temas e Debates.
- Stiglitz, J. (2002). *Globalização, a grande desilusão* (M. F. Duarte, Trad.). Lisboa: Terramar.
- Toffler, A. (1999). *A terceira vaga* (F. P. Rodrigues, Trad.). Lisboa: Livros do Brasil.
- United Nations Environment Programme. (2007). *Global environment outlook - Geo4: Environment for development*. Recuperado em 8 agosto, 2010, de http://www.unep.org/geo/geo4/report/GEO-4_Report_Full_en.pdf.
- Viaud, J. (2007). Les représentations sociales de la mondialisation, projet et originalités d'une recherche internationale. *Bulletin de Psychologie, 60*(1), 487, 3-10.
- Viaud, J., Uribe, J., & Acosta, T. (2007). Représentations et lieux communs de la mondialisation. *Bulletin de Psychologie, 60*(1), 487, 21-33.
- World Bank. (2001). *World development report 2000/2001. Attacking poverty*. New York: Oxford University Press.

Apresentação: 13/05/2013

Aprovação: 13/07/2013